



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

SUMÁRIO

LEI MUNICIPAL Nº 288/2021
LEI MUNICIPAL Nº 289/2021
LEI MUNICIPAL Nº 290/2021
LEI MUNICIPAL Nº 291/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO-MA

LEI Nº 288/2021

“Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS, Prefeita Municipal de Olinda Nova do Maranhão, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislações vigentes, faço saber que a Câmara Municipal de Olinda Nova do Maranhão aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único. Para fins de cumprimento desta Lei entende-se como excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência ou emergência na realização de serviços públicos essenciais e situações em que a transitoriedade e a excepcionalidade não justifiquem a criação ou ampliação do quadro efetivo.

Art. 2º. São casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I – emergência de atividades em saúde pública;
- II – situações de emergência e calamidade pública, assim declaradas por Decreto do Poder Executivo Municipal;
- III – combate a surtos endêmicos e epidêmicos;
- IV – garantir a segurança do patrimônio público em situações emergenciais, quando não houver tempo hábil para a realização de concurso;
- V – situações emergenciais de vigilância, inspeção e força tarefa para evitar danos ao meio ambiente de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- VI – vacância de cargos públicos no período de até 12 (doze) meses após o término do prazo de validade do concurso público realizado para provê-los;
- VII – admissão de profissionais do magistério público municipal para suprir demandas emergenciais e transitórias decorrentes da expansão das unidades de ensino ou abertura de turmas, projetos específicos e/ou disciplinas experimentais;
- VIII – carência de pessoal em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos efetivos, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente, ficando a duração do contrato administrativo limitada ao período da licença ou do afastamento;

IX - quando não existirem candidatos em número suficiente para preenchimento de vagas oferecidas em concurso público ou, ainda, na hipótese de não haver candidatos interessados no provimento dos respectivos cargos para os quais tenham sido aprovados em concurso público válido, desde que

tenha sido suprida integralmente a respectiva lista de classificação dos aprovados;

X – admissão de profissionais para cumprimento de convênios e/ou para atender programas celebrados com o Governo Federal ou outros entes da Federação, cujas verbas sejam repassadas, total ou parcialmente por estes;

XI – substituir servidor nos casos abaixo elencados, desde que não haja substituto no quadro funcional:

- a) afastamento por auxílio-doença, licença à gestante e à adotante;
- b) afastamento temporário de cargo em decorrência de licença prevista na Lei Municipal, por período superior a 30 (trinta) dias, com exceção das licenças para participação em curso, congressos e competição esportiva oficial, bem como para tratar de interesses particulares por prazo inferior a 6 (seis) meses, as quais não justificam a contratação temporária;
- c) remanejamento ou readaptação;
- d) aposentadoria, exoneração ou demissão;
- e) nomeação para ocupar cargo comissionado.

XII – número de servidores efetivos insuficiente para a continuidade dos serviços públicos essenciais, desde que não haja candidatos aprovado sem concurso público aptos à nomeação;

XIII – carência de pessoal para o desempenho de atividades sazonais ou emergenciais que não justifiquem a criação de quadro efetivo, especialmente:

- a) as amparadas por técnicas especializadas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado a órgão e/ou entidade pública;
- b) as que utilizem técnicas especializadas de tecnologia da informação de comunicação e de revisão de processos de trabalho que se caracterizem como projetos específicos criados por prazo determinado.

XIV – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos.

§ 1º. As contratações a que se refere a alínea "a" do inciso XIII do *caput* serão vinculadas exclusivamente a um projeto, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração pública.

§ 2º. Para os fins do inciso XII do *caput* deste artigo consideram-se serviços públicos essenciais aqueles desenvolvidos nas áreas de saúde e educação.

Art. 3º. As contratações deverão ser propostas por despacho motivado e fundamentado do Secretário Municipal ou equivalente, justificando o interesse público e a necessidade da contratação, nos termos da presente Lei.

Parágrafo Único. As contratações de que tratam esta lei serão feitas em conformidade com as necessidades previstas em cada órgão, secretaria ou departamento, não podendo exceder aos quantitativos fixados nesta lei.

Art. 4º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será precedido de processo seletivo simplificado a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com divulgação pública do edital.

§ 1º. Os contratos temporários serão ajustados pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.

§ 2º. A lotação, os cargos, a carga horária semanal, o quantitativo de vagas e o valor da remuneração mensal são estabelecidos nos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 5º. Estende-se aos servidores regidos por esta Lei os mesmos deveres, as mesmas proibições e responsabilidades e, no que couber, as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos, todas previstas na Lei Municipal de nº 20/1997.





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 6º. Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a decretação de urgência, emergência e calamidade em saúde pública.

Art. 7º. A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública, antes do prazo contratual, não enseja o direito à indenização.

Art. 8º. O pessoal contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público será filiado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme disposto no § 13 do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual do município de Olinda Nova do Maranhão, suplementadas se necessário:

EDUCAÇÃO

02 PODER EXECUTIVO. ORGÃO: 03 FUNDO DE MANUT. DESENV. DA EDUC. BÁSICA – FUNDEB. UNIDADE 00 – FUNDO MANUT. DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB 12.365.0019.2057.0000 Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% 0.1.05.004.003 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 0.1.18.004.003 3.1.90.04.00 - Contratação Por Tempo Determinado 12.361.0019.2057.0000 Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% 0.1.05.004.003 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 0.1.18.004.003 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 12.365.0019.2056.0000 Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% 0.1.05.004.002 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 0.1.19.004.002 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado

SAÚDE

02 PODER EXECUTIVO ORGÃO 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS UNIDADE 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS 10.122.0003.2003.0000 - Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa 0.1.02.005.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 10.301.0024.2031.0000 Manutenção da Atenção Básica em Saúde 0.1.14.005.208 3.1.90.04.00 - Contratação Por Tempo Determinado 10.301.0024.2036.0000 - Manut. da Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saude. 0.1.14.005.1023.1.90.04.00 - Contratação Por Tempo Determinado

ADMINISTRAÇÃO

02 PODER: EXECUTIVO ORGÃO 02 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO UNIDADE: 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04.122.0003.2003.0000 Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa 0.1.00.001.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado

PRODUÇÃO, MEIO AMBIENTE E PESCA

02 PODER: EXECUTIVO ORGÃO: 18 FUNDO MUNICIPAL DE AGRIC E MEIO AMBIENTE UNIDADE 00 : FUNDO MUNICIPAL DE AGRIC E MEIO AMBIENTE 18.541.0006.2063.000 Ação de Preservação e Manutenção Ambiental e agricultura 0.1.00.001.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado

OBRAS E INFRAESTRUTURA

02 PODER: EXECUTIVO ORGÃO: 10 SEC MUNIC DE OBRAS E INFRAESTRUTURA UNIDADE: 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA 04.122.0003.2003.0000 Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa 0.1.00.001.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado

ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 PODER EXECUTIVO ORGÃO 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS UNIDADE 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –

FMAS 08.244.0025.2059.0000 Manutenção de Serviços de Gestão - IGD-M, IGD-SUAS e IGD-PDF 0.1.00.006.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 0.1.29.006.212 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 08.244.0025.2040.0000 Man.Serv. Proteção Básica-CRAS e Conv. e Fortal. De vínculos 0.1.00.006.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 0.1.29.006.2123.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado 08.122.0003.2003.0000 Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa 0.1.00.006.001 3.1.90.04.00 Contratação Por Tempo Determinado.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO (MA), AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO-MA

LEI Nº 289/2021

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.”

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS, Prefeita Municipal de Olinda Nova do Maranhão, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislações vigentes, faço saber que a Câmara Municipal de Olinda Nova do Maranhão aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 136, § 2º da Constituição do Estado e nos arts. 8º e 10 da Lei Complementar nº 11, de 10 de setembro de 1991 e obedecendo ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para 2022, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal; e

VI - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2022, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

RUA VITORINO FREIRE, S/N – CENTRO – CEP: 65223-000-OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA – CNPJ: 01.612.629/0001-55





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022 será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei, à legislação federal aplicável à matéria e, em especial, ao equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - função, maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;

II - subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

VII - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela receba recursos do Tesouro Municipal.

Parágrafo Único - Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebam recursos do Município apenas sob a forma de:

I - Participação acionária;

II - Pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhadas por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º - a esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º - os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos

de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 20 desta Lei será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - transferências à União - 20;

II - transferências ao Estado e ao Distrito Federal - 30;

III - transferências a Município - 40;

IV - transferências a Instituição privada sem fins lucrativos - 50;

V - Consórcio Públicos - 71

VI - Aplicação Direta - 90;

VII - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social - 91.

§ 5º - O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais;

Art. 7º - A Lei Orçamentária discriminará, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas; e

II - ao pagamento de precatórios judiciais e serviços da dívida.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2021, constituir-se-á de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seus desdobramentos em fontes;

II - evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

III - resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e origem dos recursos;

V - receitas e despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, de acordo com a classificação constante da Lei nº 4.320, de 1964, e da Portaria nº 219, de 29 de abril de 2004 do Secretário do Tesouro Nacional, observadas as alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes;

VII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo Poder e Órgão, por grupo de despesa e fonte de recurso;

VIII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo a função, subfunção, programa e grupo de despesa;

IX - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

termos do art. 212 da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação; e

X – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para efeito do cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro 2000.

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária para 2022 conterà dispositivos autorizatórios para:

I – realização de operação de crédito por antecipação de receita nos termos da legislação em vigor;

II – abertura de créditos suplementares nos termos do art. 42 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2020, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais bem como a respectiva execução, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12 - Os projetos de lei relativos a créditos especiais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 13 - As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão submetidas pela área responsável pelo processo orçamentário ao Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e das respectivas metas.

§ 1º – As alterações na Lei de Orçamento poderão ser realizadas nos níveis de unidade orçamentária, categoria econômica, de projeto/atividade/operação especial e grupos de natureza de despesa para atender as necessidades de execução, mediante decreto de chefe do poder executivo.

§ 2º - As alterações na Lei de Orçamento nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observado o mesmo grupo de natureza de despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de portaria da área responsável pelo processo orçamentário.

Art. 14 - Na Lei Orçamentária não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recurso e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária; e

III - previstos recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para atendimento à pré-escola e alfabetização.

Art. 15 - Além da observância das metas e prioridades do Plano Plurianual, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, somente incluirão projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em

andamento; e

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo Único – Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2021, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado.

Art. 16 - É vedada a destinação na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvados aqueles destinados a entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de cultura, assistência social, saúde, educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e auxílios, as entidades privadas sem fins lucrativos, deverão apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2019 por três autoridades locais, bem como, comprovante de regularidade fiscal da entidade e do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 3º - A alocação de recursos para entidades privadas, a título de contribuições de capital fica condicionada a autorização em lei especial anterior, de que trata o art. 12 § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º - Os repasses de recurso serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a exigência do art. 26, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 17 - A celebração de convênios por órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal que exija contrapartida financeira, deverá ser precedida de adequação orçamentária da unidade beneficiada.

Art. 18 - O Poder Judiciário encaminhará ao Poder Executivo Municipal, até 01 de julho de 2021, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2022, conforme determina o § 1º do art. 100, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupos de despesa, conforme detalhamento:

- número da ação originária;
- memória de cálculo da correção do valor quando houver;
- número do precatório;
- tipo de causa julgada;
- data da autuação do precatório;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago; e
- data do trânsito em julgado.

Art. 19 - As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à veiculação de informações de interesse público e de campanhas educativas.

Art. 20 - A Lei Orçamentária conterà Reserva de Contingência, no valor equivalente a até 1,0%(um por cento) da receita corrente líquida, a ser utilizada nos termos do art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21 - A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreira e a





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas pelo Município, só poderão ser feitas se atendido o art. 169 § 1º da Constituição Federal e, ainda, as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22 - A criação de cargos e/ou expansão de vagas do Quadro de Pessoal será estabelecida em projeto específico, a ser submetido à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O provimento de vagas dar-se-á por Concurso Público ou lei de contratação temporária nos termos do art.37 inciso II da Constituição Federal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 23 - O Poder Executivo Municipal poderá promover a revisão e atualização da Legislação Tributária no sentido de modernizar a ação fazendária, procurando adequá-la às normas estabelecidas em Legislação Federal e dando maior relevo ao aspecto social do tributo submetido à aprovação do Poder Legislativo.

Art. 24 - A lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente ou outra forma compensatória, caso produza impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 25 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para sanção do Prefeito, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, total ou parcialmente, mediante decreto, até trinta dias após a sanção à lei orçamentária, até o valor necessário.

Art. 26 - Os tributos municipais poderão sofrer alteração em decorrência de mudanças na Legislação Federal ou em função de interesse público relevante.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - A arrecadação de todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema próprio do Município, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 28 - O Poder Executivo publicará, juntamente com a Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da despesa e estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, especificando por atividade, projeto e operação especial em cada unidade orçamentária, contido nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, e demais normas para execução orçamentária.

Art. 29 - Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais, nos termos definidos no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de cada Poder, excluídas as despesas destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e as

despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Art. 30 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 31 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual não seja encaminhado para sanção até o primeiro dia de janeiro de 2022, a programação constante do citado projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

Art. 32 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado, quando necessário, mediante decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 33 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza de despesa, fontes de recurso, modalidades de aplicação e identificador de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 34 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO (MA), AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO-MA

LEI Nº 290/2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de um Crédito Especial Suplementar e dá outras providências".

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS, Prefeita Municipal de Olinda Nova do Maranhão, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislações vigentes, faço saber que a Câmara Municipal de Olinda Nova do Maranhão aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento vigente Crédito Especial até a importância de **R\$ 373.625,27 (trezentos e setenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos)**, referente ao termo da





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Complementação da União VAAT – 70% e 30%.

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, § 1º inciso II, por Excesso de Arrecadação – Fonte: 1.118.000 – Complementação da União VAAT - 70% e 1.119.000. – Complementação da União VAAT - 30%,

Art. 3º - O crédito Especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, conforme a seguir:

12.361.001.910.250.000		Const. e Reforma de Unidades Escolares e Quadras Esportivas		
449051	1.119.000	Complementação da união VAAT-30%	44.835,03	
449052	1.119.000	Complementação da união VAAT-30%	11.208,76	56.043,79
12.365.001.920.570.000		Manutenção das Atividades do FUNDEB 60%		
319004	1.118.000	Complementação da união VAAT-70%	37.362,53	
319011	1.118.000	Complementação da união VAAT-70%	93.406,32	
319013	1.118.000	Complementação da união VAAT-70%	56.043,79	186.812,64
12.361.001.920.570.000		Manutenção das Atividades do FUNDEB 60%		
319004	1.118.000	Complementação da união VAAT-70%	26.153,77	
319011	1.118.000	Complementação da união VAAT-70%	39.230,65	
319013	1.118.000	Complementação da união VAAT-70%	9.340,63	74.725,05
12.365.001.920.560.000		Manutenção das Atividades do FUNDEB 40%		
339039	1.119.000	Complementação da união VAAT-30%	56.043,79	56.043,79
			TOTAL	373.625,27

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações até o limite estabelecido na LOA 2021.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer o remanejamento de dotação orçamentaria dentro das mesmas fontes e elementos de despesas.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO (MA), AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO-MA

LEI MUNICIPAL Nº 291/2021

“Reconhece a utilidade pública municipal de entidade comunitária.”

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS, Prefeita Municipal de Olinda Nova do Maranhão, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislações vigentes, faço saber que a Câmara Municipal de Olinda Nova do Maranhão aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. É reconhecida a utilidade pública municipal da ASSOCIAÇÃO RURALISTA DO POVOADO GAMELEIRA, inscrita no CNPJ sob nº 06.025.343/0001-97/0001-18, com sede na localidade Gameleira deste Município.

RUA VITORINO FREIRE, S/N – CENTRO – CEP: 65223-000-OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA – CNPJ: 01.612.629/0001-55





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2021

ANO I

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 0067 – Páginas 07

<https://www.olindanova.ma.gov.br/>

ATOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação..

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO (MA), AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

CONCEIÇÃO DE MARIA CUTRIM CAMPOS
Prefeita Municipal

